

**EDUCAÇÃO POPULAR E TRABALHO ASSOCIADO NUM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO-NÍVEL MESTRADO NO INTERIOR DO BRASIL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO<sup>1</sup>**

**POPULAR EDUCATION AND ASSOCIATED WORK IN A POST-GRADUATE PROGRAM *STRICTO SENSU* IN EDUCATION-LEVEL MASTERED INSIDE BRAZIL: A NECESSARY DIALOGUE**

Sandro Benedito Sguarezi<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7361-8977>

Aline Pereira Dutton<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-6251-382X>.

Elei Chavier Martins<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1454-0385>

**RESUMO:** O objetivo do artigo foi verificar a importância da disciplina Educação Popular e Trabalho Associado ofertada no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), alocada na Linha de Pesquisa: Educação e Diversidade. O estudo questiona quais os limites e possibilidades da disciplina na formação política dos mestrandos matriculados no período de 2013 a 2015? É uma pesquisa qualitativa e usou técnicas de: pesquisa bibliográfica, observação documental e questionário. Foi possível inferir que a disciplina contribuiu com pesquisas para aprofundar o diálogo sobre o tema, tornando-se uma possibilidade para a construção da autonomia e conhecimento dos mestrandos, o que evidencia a disciplina como instrumento de reflexão e formação. Contudo, existem limites a serem superados para atingirmos uma educação emancipatória, que cumpra os pressupostos da Educação Popular e do Trabalho Associado. Isto posto, há muito o que aprender

<sup>1</sup> Texto publicado inicialmente no XXIII SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN SOBRE FORMACIÓN DE PROFESORES MERCOSUR - CONO SUR. Caracas-Venezuela, 2015. Disponível em: <<http://cimiranda.wix.com/xxiiiseminario>> Acesso em: 16 de Outubro de 2015.

<sup>2</sup> Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Professor lotado no Departamento de Administração-Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/Mestrado/UNEMAT). Atua no Programa Mestrado/Doutorado (PPGCA-UNEMAT)/ Cáceres, Mato Grosso/Brasil. [sandrosguarezi@gmail.com](mailto:sandrosguarezi@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Professora do Instituto Federal de Mato Grosso, Pontes e Lacerda, Mato Grosso/Brasil. [alinedutton@gmail.com](mailto:alinedutton@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)/Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UNEMAT). Professor lotado no Departamento de Administração-Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)/Tangará da Serra, Mato Grosso/Brasil. [eleichavier@yahoo.com.br](mailto:eleichavier@yahoo.com.br)

com as experiências de autogestão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária, Educação Popular, Trabalho Associado, Autogestão, Emancipação.

**ABSTRACT:** The objective of the article was to verify the Popular Education and Associated Work discipline offered in the *Stricto Sensu* Postgraduate Program in Education - Master's Degree at the State University of Mato Grosso, allocated in the Research Line: Education and Diversity. The study questions the limits and possibilities of the discipline in the political formation of the masters enrolled in the period from 2013 to 2015. It is a qualitative research and used techniques of: bibliographic research, documentary observation and questionnaire. It was possible to infer that the discipline contributed with researches to deepen the dialogue on the subject, becoming a possibility for the construction of the autonomy and knowledge of the masters, evidencing the discipline as an instrument of reflection and formation. However, there are limits and to be overcome in order to achieve an emancipatory education that fulfills the presuppositions of Popular Education and Associated Work. That said, there is much to learn from self-management experiences.

**KEYWORDS:** Solidarity Economy, Popular Education, Associated Work, Self-management, Emancipation.

## **Introdução**

O Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação-Nível Mestrado no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso – PPGedu/UNEMAT, foi criado em 2010 e é ofertado no município de Cáceres-MT, na região Centro Oeste do Brasil, fronteira com a Bolívia. O curso de Mestrado tem como Área de concentração a “Educação”, que possui duas linhas de pesquisa: Educação e Diversidade e Formação de Professores, Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas.

A reflexão deste texto foi problematizada na disciplina Educação Popular e Trabalho Associado, ofertada pelo PPGedu-UNEMAT a partir de 2013, na Linha de Pesquisa: Educação e Diversidade, na qual desenvolve peculiarmente: “Estudos e pesquisas sobre práticas culturais; constituição do sujeito; diversidade étnica e cultural; educação indígena; educação do campo e em outros contextos formativos”. Os campos de investigação dessa linha são:

Cooperativismo, Economia solidária, Trabalho Associado, Auto-gestão e educação; Educação do campo e seus sujeitos; Educação escolar indígena; Educação Popular; Estudos dos cotidianos; Movimentos sociais e educação; Produção de identidade/diferença; Professor/a e a educação rural/campo (UNEMAT, 2015, p. 16).

Sendo assim, o que justifica a oferta da disciplina é a necessidade de problematizar a Educação Popular diante das profundas transformações socio-econômicas das últimas décadas, que trouxeram consequências ao mundo do trabalho e influenciaram os rumos do Brasil, da América Latina e do mundo, de forma significativa. Neste contexto, a Educação Popular contra-hegemônica gestada pelos movimentos sociais tem procurado ser uma alternativa epistemológica para a emancipação dos trabalhadores. E diante disso, os processos pedagógicos coletivos e autogestionários estão dando respostas positivas aos desafios da modernidade e merecem problematização e estudo da academia.

O objetivo da disciplina é promover uma reflexão crítica das diferentes práticas de Educação Popular e a sua relação com o Trabalho Associado, no sentido de compreender como os diferentes sujeitos desse processo dialogam entre si, e ao mesmo tempo, se articulam para promover o enfrentamento contra-hegemônico na perspectiva da transformação social e emancipação dos trabalhadores. Sejam professores do programa ou aqueles que estão nas salas de aula e de alguma forma, como esses estudantes e também educadores<sup>5</sup> participam da construção da soberania dos povos da América Latina. Ou seja, a disciplina em questão elabora uma análise crítica dos discursos e da *praxis* para a inclusão educativa dos trabalhadores da educação em outros contextos de vulnerabilidade social junto aos trabalhadores de associações, cooperativas e grupos informais, que buscam uma alternativa contra-hegemônica à exploração do capitalismo.

Neste cenário, embasado numa pesquisa qualitativa aplicada aos estudantes/educadores que cursaram a disciplina Educação Popular e Trabalho Associado, entre 2013 e 2015, se desenvolveu o presente estudo, que objetivou verificar junto aos sujeitos da pesquisa a importância da disciplina na formação política dos estudantes/educadores. O problema de pesquisa questiona: Quais os limites e as possibilidades da disciplina da formação de consciência política desses estudantes/educadores? A disciplina realmente contribui para a emancipação dos trabalhadores da educação (estudantes/educadores) e àqueles organizados pelo Trabalho Associado?

---

<sup>5</sup> Estudantes/educadores porque a maioria dos alunos matriculados (estudantes) que cursam essa disciplina no PPGedu são professores em suas comunidades, são militantes de movimentos sociais e até professores do ensino superior envolvidos em processos de Educação Popular.

## Economia Solidária e Autogestão

Na contramão da história hegemônica moderna, várias formas de resistência da classe trabalhadora surgem na busca da emancipação desses sujeitos. No Brasil, numa nova releitura conceitual, surgiu a economia solidária. Que propõe uma sociedade baseada em valores solidários, produção e reprodução da vida em iniciativas econômicas, confrontando o modo de produção capitalista. Com base nessa perspectiva, se constrói uma visão política centrada na organização coletiva, autogestionária, no trabalho livre e associado. Trata-se de uma experiência forjada nas lutas sociais dos próprios trabalhadores e trabalhadoras em iniciativas organizacionais de grupos informais, socialmente excluídos do mercado formal, associações, cooperativas e bancos comunitários e chegou até às fábricas recuperadas.

A economia solidária é uma alternativa utópica, no sentido freiriano do termo, pois, segundo Freire (1981, p. 48): “Utópica e esperançosa porque, pretendendo estar a serviço da libertação das classes oprimidas, se faz e se refaz na prática social, no concreto [...]”. Esse movimento social popular contra-hegemônico apresenta suas raízes históricas no início do século XIX como resposta ao capitalismo industrial. Para Singer (2002), desde o século XIX registram-se iniciativas dos trabalhadores em instituir formas de organizações políticas econômicas mais solidárias e democráticas, que organizam a produção e o consumo comunitário. Essa concepção de sociedade emerge a partir da mercantilização do trabalho, diante das agruras do capitalismo, mesmo antes da Revolução Industrial. É na fenda das contradições do capitalismo que surgem as primeiras formas de organização autogestionária de Trabalho Associado com princípios democráticos e de igualdade, sustentadas pelos ideais do socialismo. Nos Quadros 1 e 2 apresentamos uma breve síntese conceitual de economia solidária e autogestão que embasam nossa reflexão:

### Quadro 1 - Síntese dos conceitos de economia solidária e autogestão no Brasil

AUTORES	CONCEITOS
Singer (2002)	Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

Gaiger (2003)	Compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade.
Squarezi (2011)	A economia solidária abarca o conjunto das iniciativas que reúne as possibilidades que emergem nas fendas desse sistema perverso e excludente. São iniciativas emergentes que estão se consolidando na contramão da visão hegemônica, e ocorrem no sentido de minimizar os impactos negativos da exclusão social e da desigualdade provocadas pela opção de modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro.
FBES (2013)	A economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.
Autogestão	
Singer (2002)	A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.
Dorneles (2005)	A autogestão, no sentido mais amplo, significa o exercício coletivo do poder e surgiu como uma concepção de gestão social ou da visão da sociedade autogestionária presente em várias Teorias Socialistas.
Squarezi (2013)	A autogestão é o fundamento da auto-eco-organização porque é um movimento que se autoconstrói de baixo para cima, é um movimento popular de base que agrupa a diversidade e parceiros de resistência. É um movimento dinâmico e vivo, porém fincado em raízes fundantes, profundamente ramificadas e entrelaças numa trama social radical solidificada e alicerçada numa consciência crítica e consciência organizativa, capaz de na luta, promover a práxis e com a práxis promover a luta.

FBES (2013)	A autogestão precisa ser construída no coletivo, é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida. É um princípio da economia solidária que pensa a transformação da organização da sociedade.
CONAES (2014)	A autogestão inicia-se no próprio sujeito e na capacidade de gerir sua própria vida. Sua prática cotidiana demanda que os atores envolvidos tenham disposição para aprender, ensinar, saber dos direitos e deveres, respeitar o indivíduo e o coletivo.

Fonte: Elaborado por SQUAREZI, Sandro Benedito; DUTTON, Aline Pereira; CHAVIER Martins, Elei (2015).

Dessa forma, a economia solidária através da autogestão, expressa uma reinvenção das formas de organização social, política e econômica dos trabalhadores em busca de sua consciência política e emancipação, e essa proposta se entrelaça com a proposta de Educação Popular e o Trabalho Associado, como base para a construção de alternativas ao modo de produção capitalista, mesmo que por dentro do sistema, problematizando a luta de classes.

### Educação Popular e Trabalho Associado

As duas vertentes de educação mais significativas na modernidade estão expressas antagonicamente pelas teorias da educação liberal voltadas à alienação, à submissão e conformação dos trabalhadores às relações de emprego. Por outro lado, uma concepção socialista de educação embasada nas teorias críticas da educação, que procuram construir outro projeto de sociedade, dentre elas está a Educação Popular. Que conduz um projeto de educação para além da hierarquização social e de saberes, e da sociedade fragmentada em classes, além disso, está comprometida com a transformação social proposta pela radicalização da democracia. Para Brandão:

Ao contrário do que tipologias costumam apontar aqui e ali, a *Educação Popular* não é uma variante ou um desdobramento da *educação de adultos*. Frente a um modelo de origem européia, internacionalizado como paradigma legítimo de trabalho com as classes populares através da educação e, finalmente, rotinizado como instituição de trabalho pedagógico consagrado, a *Educação Popular* emerge como um *movimento* de trabalho político com as classes populares através da educação. Diante de um modelo oficial de educação compensatória, a *Educação Popular* não

se propõe originalmente como uma forma “mais avançada” de realizar a mesma coisa. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular (BRANDÃO, 1986, p. 41-42).

No Quadro 2 é apresentado uma síntese de conceitos que fundamentam esse diálogo entre Educação Popular e Trabalho Associado. É importante salientar que a Educação Popular, como corrente pedagógica latino-americana, emerge num contexto intenso de lutas populares, e praticamente todos os autores que atuam nesse campo, se referem a Paulo Freire como o pioneiro da Educação Popular. Como destacado a seguir:

**Quadro 2 - Síntese dos conceitos sobre Educação Popular e Trabalho Associado**

AUTORES	CONCEITOS
Brandão (1983 <sup>1</sup> /1986)	Educação Popular é aquela que ao longo da história da própria educação insiste em fazer a seu respeito e também sobre o sentido social do ato de educar, as perguntas mais radicais e as mais difíceis, para obter, se isto é possível, as respostas mais concretamente utópicas. Pois quando lidamos com ela, em alguma de suas formas, dentro do círculo cultural de algum dos seus momentos, estamos quase sempre diante de uma alternativa de trabalho pedagógico fundado sobre quatro pilares <sup>2</sup> .
Torres (1986)	La Educación Popular es una práctica social que se lleva a cabo en el mundo popular con la intencionalidad de apoyar la construcción del movimiento popular a partir de las condiciones objetivas de los sectores populares.
García-Huidobro (1988)	La Educación Popular es una modalidad de educación que procura que los sectores sociales tomen conciencia de la realidad y fomenten la organización y la participación popular.
Osorio (1990)	La Educación Popular se define como una práctica social que trabaja, principalmente, en el ámbito del conocimiento, con intencionalidad, objetivos políticos, cuáles son los de contribuir a una sociedad nueva que responda a los intereses y aspiraciones de los sectores populares.

<p>Freire (2001)</p>	<p>Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se com prática política, se recusa a deixar se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização.</p>
<p>Peresson, Mariño y Cendales (1983)</p>	<p>Educación Popular es un proceso colectivo mediante el cual los lectores populares llegan a convertirse en sujeto histórico gestor y protagonista de un proyecto liberador que encarne sus propios intereses de classe.</p>
<p>Freitas (2003)</p>	<p>Compreende a construção de um outro projeto de sociedade através de uma educação desnaturalizadora da ordem social.</p>
<p>Fischer; Tiriba (2009)</p>	<p>Educação Popular se realiza também através das experiências de produção associada, constituindo os saberes do Trabalho Associado: conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras.</p>
<p>Paludo (2012)</p>	<p>A Educação Popular reivindica o reconhecimento do movimento do povo em busca de direitos como formador e da vivência organizativa e de luta também como espaços de formação. Assume-se, desta forma, como uma prática de resistência, exercida não somente no interior das escolas, mas também pelo engajamento ativo dos educadores nas lutas dos trabalhadores.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2015) e adaptado de Brandão (1983, 1986), Freire (2001); Carrillo (2011) e Paludo (2012).

Neste sentido, a Educação Popular constitui-se, ao mesmo tempo em uma concepção prático-teórica e uma metodologia de educação que,

[...] articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Antes de inserir-se em espaços institucionais, consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil, responsável por muitos avanços e conquistas em nossa história (BRASIL, 2014, p. 7).



Assim como o trabalho e poder são divididos e hierarquizados no modelo hegemônico e social, foi necessário que os saberes e processo educacional também passassem a ser, convertendo-se em um, dentre tantos outros processos e práticas sociais de reprodução, controle e manipulação da própria desigualdade. Há diferentes projetos de educação para diferentes classes sociais, como consequência, os sujeitos saem do processo de educação formal desigualmente repartidos para a vida e o trabalho. Para Brandão (1986), a escola devolve as pessoas para a sociedade já em uma estrutura hierárquica social definida, segundo o papel que irá desempenhar. Tem-se uma pequena fração dos donos do poder e do capital que recebem uma educação dita superior às demais, elitista, e logo abaixo há um nível intermediário de trabalhadores funcionários ou liberais, posicionados entre as duas extremidades do puro trabalho e do puro poder. Na base da pirâmide está a maioria da classe trabalhadora ou desempregada, constituída por sujeitos pobres e subalternos, cujo nível de ensino teve a função de civilizar e torná-los eficazes para o trabalho, e não para a emancipação. Educação essa que lhes nega cidadania.

Neste sentido, a Educação Popular procura romper essa estrutura, posicionando-se, conforme Paludo (2012, p. 283), como: “Teoria e prática educativas alternativas às pedagogias e às práticas tradicionais e liberais, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, de exploração da força de trabalho e de domínio cultural”. Ainda segunda a autora, com base em Paulo Freire, a Educação Popular nasce e se constitui como uma pedagogia do oprimido, comprometida com o protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, rumo à transformação social.

Assim como nas experiências de luta, de enfrentamentos e nos protagonismos sociais, a Educação Popular se realiza também através das experiências de produção das condições da vida material dos sujeitos, isto é, pelo trabalho e pela reprodução da vida. Educa-se pelas formas de organização do trabalho contra-hegemônicas, como as experiências autogestionárias e da produção associada. Nessa forma de organizar o trabalho, segundo Fisher e Tiriba (2009), há a apropriação coletiva dos meios de produção, é feita a distribuição igualitária dos frutos do trabalho, as decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e dos rumos da produção são geridas democraticamente. O Trabalho Associado, produz saberes. “Esses saberes compreendem o conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras” (FISCHER; TIRIBA, 2009, p. 293), por meio da produção autogestionária de bens e serviços,

contestando à lógica do capital. Os saberes do Trabalho Associado também são constituídos a partir dos fóruns coletivos, nos quais os movimentos sociais articulam as experiências de Trabalho Associado e formalmente no âmbito da pesquisa e produção científica do conhecimento. E, além disso, abarca todas as dimensões da vida social.

A Educação Popular atua na educação formal e não formal, e reivindica o reconhecimento do movimento do povo em busca de direitos como formador da vivência organizativa e de luta, também como espaços de formação. Para ela, o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, objetiva formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade. Configura-se, ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento e uma teoria da Educação Popular. Assume-se, desta forma, como uma prática de resistência, exercida não somente no interior das escolas, mas também pelo engajamento ativo dos educadores nas lutas dos trabalhadores. Logo, é uma construção coletiva dos educadores com os movimentos sociais.

A reunificação do mundo do trabalho com o mundo da cultura, ou ainda do saber científico com o saber prático, se dá com a reunificação do homem em sua totalidade por meio da oportunização do uso na mesma intensidade, tanto do trabalho físico quanto do trabalho intelectual pelo mesmo sujeito. A educação dos trabalhadores associados objetiva a elaboração crítica da atividade intelectual existente em cada um em determinado grau de desenvolvimento, transformando a relação existente entre o esforço intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso, elementos constitutivos de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, convertendo-se no fundamento de uma nova e integral concepção de mundo (GRAMSCI, 1982; FISCHER; TIRIBA, 2009).

O projeto de Educação Popular se opõe à educação que objetiva apenas o emprego, do empreendedorismo até ao *pseudo* cooperativismo, comprometido somente à eficácia da cadeia produtiva em proporcionar maiores ganhos de capital. O projeto de educação pelo Trabalho Associado e pela autogestão dos trabalhadores torna-se um ato pedagógico. Para Fischer e Tiriba (2009), a pedagogia da produção associada posiciona-se como campo teórico-prático que objetiva o estudo e materialização dos processos educativos, que tem como objetivos de ação e de pesquisa a socialização, produção, mobilização e sistematização de saberes destinados à solidificação de atividades econômicas alicerçadas na autogestão do trabalho e da vida em sociedade, contribuindo para a formação humana omnilateral e emancipação da classe trabalhadora.

Como enfatizou Pistrak (2011), é oportuna uma educação para o

trabalho socialmente útil, que possa a partir das experiências históricas de autogestão produzir uma educação mediadora do diálogo entre o que se aprende na escola e o saber adquirido na experiência concreta, aquelas que promovem os saberes das relações sociais e políticas. Constituindo como um todo que formam, deformam e transformam o trabalhador.

## Resultados e Discussões

Os sujeitos da pesquisa foram os mestrandos/educadores que cursaram a disciplina de Educação Popular e Trabalho Associado, no período de 2013 a 2015. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que procurou levantar os limites e as possibilidades da disciplina na formação política desses educadores. Como técnicas, a pesquisa utilizou-se da: pesquisa bibliográfica, observação documental e questionário. A observação documental considerou o período de 2013 a 2016, e permitiu analisar as dissertações que foram defendidas no período da pesquisa e que estavam vinculadas à disciplina.

O universo da pesquisa compreendeu 12 (doze) estudantes, 100% dos egressos que tinham cursado a disciplina. Estes responderam a um questionário com questões fechadas, com base no Modelo de Consciência Política desenvolvido pelo professor Salvador Sandoval (2001). As questões foram divididas em sete categorias de formação da consciência política, assim destacadas: Identidade Coletiva; Crenças e Valores Societais; Identificação de Adversários e de Sentimentos Antagônicos; Sentimentos de Eficácia Política; Sentimentos de Justiça e Injustiça; Vontade de Agir Coletivamente e, por fim, as Metas de Ação Coletiva. Em cada categoria foram elencados os elementos de desenvolvimento da consciência política trabalhados no decorrer da disciplina. Nestes elementos, a partir da Escala de *Likert*, foram definidos graus de concordância, para que os respondentes assinalassem o grau de compreensão proporcionado pela disciplina em questão, sendo:

### Quadro 3 - Percepção dos sujeitos em relação à disciplina

1	A Disciplina não contribuiu para a compreensão
2	A Disciplina contribuiu pouco para a compreensão
3	A Disciplina contribuiu de forma moderada para a compreensão
4	A Disciplina contribuiu muito para a compreensão
5	A Disciplina contribuiu totalmente para a compreensão

Fonte: Elaborado por SQUAREZI, Sandro Benedito; DUTTON, Aline Pereira; CHAVIER MARTINS, Elei (2015).

O grau de compreensão predominante dialoga com os elementos de desenvolvimento da consciência política dentro de categorias que permitem o avanço da análise em relação à percepção dos sujeitos em referência à disciplina. Os resultados do questionário foram sistematizados no Quadro 4:

**Quadro 4 - Síntese das respostas - questionário sobre formação da consciência política**

<b>Categoria</b>	<b>Elementos de desenvolvimento da consciência política</b>	<b>Grau de compreensão predominante</b>
Identidade Coletiva	Os sujeitos como construtores da consciência de si a partir de vivências concretas e contraditórias.	4
	Formação da identidade dos sujeitos a partir de uma práxis revolucionária, construindo consciência de classe	4
	Compreensão das estruturas e os processos de comunicação nas relações sociais.	3,4,5
Crenças e Valores Societais	As crenças e os valores sociais como elementos de alienação ou de consciência política e resistência contra-hegemônica.	4
	A vida social é constituída em dois âmbitos, a vida cotidiana e a vida não-cotidiana.	3
Identificação de Adversários e de Sentimentos Antagônicos	Consciência do movimento conflituoso e desigual expresso por movimentos de grupos sociais e a defesa de seus interesses.	4
	A formação do sujeito coletivo envolve os conflitos gerados pelos movimentos contrários, e pelo conflito e cooperação entre os pares.	4
	A ação coletiva supõe a luta de diferentes grupos pela apropriação de recursos valorizados por ambos.	4

Sentimentos de Eficácia Política	Compreensão da relação das causas dos fenômenos sociais e do empoderamento do sujeito para modificar politicamente a realidade.	4
	A construção de competências técnicas e políticas emanam de dentro do processo de produção e da organização política.	4
Sentimentos de Justiça e de Injustiça	A construção da consciência de ruptura de passividade nas relações sociais pode gerar eventos que abalam o cotidiano e atos de protestos e lutas sociais.	3
	As relações sociais devem ser pautadas da reciprocidade entre os sujeitos, primando por decisões e ações pautadas na igualdade, justiça e equidade.	3,4,5
Vontade de Agir Coletivamente	A participação do sujeito é influenciada por fatores internos como visão crítica da realidade e consciência política, e por fatores externos como estrutura de poder e tensões ideológicas.	3,4,5
	A participação política deve ser compreendida como dever e uma necessidade humana, atividade ser coletiva, mediada pela educação formal ou não-formal e no processo produtivo.	4,5
	A cidadania compartilhada se constrói no processo de identidade político-cultural de novos sujeitos históricos gerados nas lutas cotidianas.	3,4,5

Metas de Ação Coletiva	As ações coletivas são definidas a partir dos indivíduos e dos grupos em um movimento social, que ocorre em geral, em um contexto complexo, contraditório e conflituoso.	4
	A participação do indivíduo frente ao coletivo perpassa por seu nível de consciência referente às metas propostas pelo movimento social.	3,4
	A participação gera a defesa de interesses individuais, de grupos e de classe, rompe as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, coloca em questão a legitimidade do poder.	3,4

Fonte: Elaborado por SQUAREZI, Sandro Benedito; DUTTON, Aline Pereira; CHAVIER MARTINS, Elei (2015).

Têm-se no quadro acima os elementos de desenvolvimento da consciência política de cada categoria e o grau de compreensão predominante em cada um deles, elaborado a partir da tabulação dos dados do questionário. Os elementos que determinado grau de compreensão apresentou superior a 50% das respostas, foi exposto no quadro somente este grau como predominante, nos casos em que dois graus de compreensão representaram mais de 70% das respostas, foram apresentados estes dois como graus predominantes, já nos demais casos, foram apresentados os três graus que receberam maior percentual de respostas.

De acordo as respostas, a disciplina tem dado significativas contribuições na formação da consciência política dos participantes. Por exemplo, na categoria Identidade Coletiva houve uma contribuição que possibilitou aos participantes compreender os sujeitos enquanto construtores da consciência de si, como indivíduos e como grupo nas relações sociais por meio das vivências concretas e contraditórias, que permite a formação da identidade dos sujeitos a partir de uma *práxis* revolucionária, construindo consciência de classe oprimida, de pessoas livres e diferentes, em oposição a ideologias hegemônicas (SANDOVAL, 2001; RECK, 2005). Resultados semelhantes aos dados de Silva (2012) sinalizam que ainda há muito a se avançar neste aspecto. Visto que existe muito espaço para seguir no debate sobre a dinâmica das estruturas

e o processo em que ocorrem as trocas de informação, de construção e de formação de linguagens e níveis de consciência nas relações sociais.

Na dimensão das Crenças e Valores Societais, algumas reflexões quanto aos resultados alcançados se mostram necessárias. Principalmente, no que tenha despertado nos participantes a consciência de que as crenças e os valores sociais dos sujeitos se constroem cotidianamente, a partir de sentidos comuns, e que, por vezes, prestam-se a processos de alienação (SILVA, 2012), ou de consciência política e resistência contra-hegemônica, assim é preciso avançar na compreensão dos elementos que constituem a vida social. A disciplina também possibilitou aos participantes uma expressiva reflexão sobre a consciência do movimento conflituoso e desigual dos espaços de vivência, e sobre a necessidade da participação, que segundo Silva (2012), expressa por movimentos de grupos sociais e seus legítimos sentidos de defesa de seus interesses. Diante disso, os participantes puderam compreender que a formação do sujeito coletivo, ainda segundo o autor, nos propicia a identificação de adversários e de sentimentos antagônicos, a partir dos conflitos gerados pelos movimentos contrários, e pela percepção que conflito e cooperação entre os pares, contraditoriamente, fazem parte de uma mesma construção.

Na categoria Sentimentos de Eficácia Política ocorreram algumas contribuições positivas. Visto que, os participantes apontaram ter conseguido desenvolver a compreensão da relação das causas dos fenômenos sociais e de como o sujeito é capaz, politicamente, de modificar a sua realidade, e que a construção de competências técnicas e políticas emanam de dentro do processo de produção e da organização política. Por outro lado, os aspectos da categoria Sentimento de Justiça e Injustiça precisam ser problematizados, pensando em uma nova maneira de ser abordado didaticamente na disciplina, pois, considerando os dados, observou-se que alguns estudantes tiveram dificuldades em compreender que a construção da consciência de ruptura de passividade nas relações sociais, tanto em nível individual quanto numa perspectiva de classes, gera eventos que abalam o cotidiano, desencadeando atos de protestos e lutas sociais (RECK, 2005). No entanto, houve uma construção mais significativa no sentido da discussão referente às relações sociais, já que devem ser pautadas pela reciprocidade entre os sujeitos, primando por decisões e ações pautadas na igualdade, justiça e equidade.

As discussões da disciplina possibilitaram a construção, pelos participantes, da consciência de que a Vontade de Agir Coletivamente, conforme Sandoval (1988), referendado em Silva (2012), se constrói a partir da participação do sujeito, que é influenciada por fatores internos (pertencimento,

identidade, visão crítica da realidade, consciência política e sentimento de injustiça) e por fatores externos (estrutura de poder, conjuntura e correlação de forças, tensões ideológicas). Com isso, desenvolveram a consciência de que a participação política deve ser compreendida como dever e uma necessidade humana, e se contrapõe a um cotidiano alienante, que exige uma mudança no modo de pensar e da consciência diante dos fatos, devendo essa atividade ser coletiva, mediada pela educação formal ou não formal, além do processo produtivo. Entenderam também, que a cidadania compartilhada se constrói no processo de identidade político-cultural de novos sujeitos históricos gerados nas lutas cotidianas, é exercida a partir da luta por direitos sociais que levam à organização do grupo social (GOHN, 1999; SILVA, 2012).

A pesquisa ainda demonstra que as aulas possibilitaram aos alunos a compreensão de que as Metas de Ação Coletiva são definidas a partir dos indivíduos e dos grupos, que formam identidades, se ajustando em função da finalidade do movimento social, que ocorre em geral, em um contexto complexo, contraditório e conflituoso (SILVA, 2012). Porém, ainda precisa ser melhor construída a consciência da qual a participação do indivíduo frente ao coletivo perpassa por seu nível de consciência referente às metas propostas pelo movimento social, que intervém, potencialmente, sobre a relação compreensiva, segura e confiante entre os seus componentes. E que esse processo suscita a defesa de interesses individuais, de grupos e de classe, cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema do qual a ação se refere, rompe as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, e coloca em questão a legitimidade do poder (SILVA, 2012; RECK, 2005).

No que se refere às dissertações de mestrado defendidas no período entre 2013 e 2016, foram aprovadas quatro, conforme segue no Quadro 5:

**Quadro 5 - Dissertações de mestrado finalizadas**

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>
Aline Pereira Dutton	Socioeconomia Solidária: a resignificação do corpo feminino no processo educativo de produzir e reproduzir a vida em coletividade	2015
Eliel Regis de Lima	Proeja Fic Pesca: a experiência da formação profissional integrada ao ensino fundamental pela ótica dos estudantes pescadores e demais trabalhadores	2016



Edson Félix da Silva	Educação do campo: processos de formação política da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – município de Mirassol D’oeste/MT	2016
Elei Chavier Martins	Trabalho Associado e suas dimensões educativas em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis: o caso da Coopertan	2016

Fonte: Elaborado por SQUAREZI, Sandro Benedito; DUTTON, Aline Pereira; CHAVIER MARTINS, Elei (2015).

Assim, se tratando da escolha do conteúdo não há muita inovação no processo. O curso tem como ponto de partida o livro *Pedagogia do Oprimido* de Freire (1987) e depois avança no estudo da obra de Paulo Freire e em um conjunto de autores que se destacam no fazimento da Educação Popular na América Latina. Dentre eles se destacam: Brandão (1983, 1986); Carrillo (2011, 19) e Paludo (2012). No campo da Economia Solidária, Trabalho Associado e autogestão, os autores básicos são: Singer (2001); Gaiger (2003) e Pistrak (2011). No contexto de experiências de autogestão, os estudantes/educadores são estimulados a exercitar a participação na escolha desses conteúdos com base num “tema gerador” ou nos “temas geradores”, propostos por Freire (1987, 1983) ou pelos “complexos geradores de ação” propostos por Pistrak (2011, p.126). Dessa maneira, participam no planejamento das atividades, no levantamento de bibliografia pertinente na busca de identificar o *locus* de observação (identificar experiências de Trabalho Associado) e mapear quais os autores mais utilizados do ponto de vista da academia e dos movimentos sociais. Ou seja, os autores reconhecidos como intelectuais orgânicos envolvidos e comprometidos com a luta de classes.

No que se refere à didática e à metodologia da disciplina, reconhecemos que ainda se pauta na aula tradicional, porque não aprofunda a “questão fundamental ou a situação limite” (FREIRE, 1987, p. 55). Porém, ajuda a problematizar a realidade de experiências concretas de autogestão que, inevitavelmente despertam consciência política, além do aprofundamento teórico ocorre um estreito diálogo com os movimentos sociais que atuam no contexto do estudo. Sejam em seminários com a presença de líderes dos movimentos sociais; visitas técnicas aos assentamentos de reforma agrária; incursões aos lixões a céu aberto, onde atuam Catadores de materiais recicláveis e visitas às cooperativas e associações que atuam com base na Economia Solidária, que têm por princípio o Trabalho Associado. Isso se dá a partir de experiências

concretas construídas entre Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e as Incubadoras de Tecnologia Social<sup>6</sup> da UNEMAT.

Os resultados indicam que a disciplina em estudo é uma possibilidade importante para a construção da autonomia desses educadores, que em suas práticas contra-hegemônicas buscam a soberania dos trabalhadores organizados sob a lógica da economia solidária e da autogestão, justamente porque tem conexões com a realidade dos EES e pela competência de construir diálogos entre a universidade e a sociedade com base no *inédito viável* freiriano.

O PPGEduc, em sua nova proposta, menciona a importância da internacionalização, e apesar de ter um convênio com a Colômbia<sup>7</sup>, esse projeto é incipiente e comete o mesmo equívoco histórico da pós-graduação brasileira, pois deixa de lado a integração cultural com a América Latina, já que, fica resstrita à Colômbia. Esquecendo-se do diálogo com os vizinhos Bolívia e Paraguai, favorecidos pela localização geográfica da UNEMAT. Além disso, também não avança numa ação estratégica de aproximação pela Educação Popular com seus vizinhos Latino-americanos.

Diante do exposto, verificamos muitos limites e contradições a serem superadas para alcançar os objetivos da disciplina, e ainda existe um longo caminho a ser percorrido para atingirmos uma educação emancipatória e soberana, que cumpra o inconcluso e desafiador objetivo da Educação Popular e do Trabalho Associado. Pois se a “A educação não muda o mundo. A educação muda pessoas. Pessoas mudam o mundo” (BRANDÃO, 2008, p. 6).

## Considerações Finais

É importante salientar que as reflexões deste texto suscitaram mais perguntas que respostas. Porém, no que se refere à pergunta de partida, a qual indaga: quais são os limites e as possibilidades da disciplina na formação de consciência política desses estudantes/educadores? Os resultados mostram que a disciplina tem dado significativas contribuições na formação da consciência política dos participantes. Essa contribuição possibilitou aos participantes compreender os sujeitos enquanto construtores da consciência de si, como indivíduos e como grupo nas relações sociais por meio das vivências concre-

---

<sup>6</sup> Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS)/Tangará da Serra-MT e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES)/Cáceres-MT. Ambas vinculadas ao Núcleo UNEMAT/UNITRABALHO associadas a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

<sup>7</sup> O PPGEduc/UNEMAT tem um acordo de Cooperação Internacinal Unemat/Unal Universidad Nacional de Colômbia - Sede Bogotá (UNAL). Até 2015, o acordo tinha recebido duas estudantes oriundas da UNAL.

tas e contraditórias, que permitem a formação da identidade dos sujeitos, a consciência de classe que leva a problematizar às ideologias hegemônicas.

Observou que a disciplina, apesar de seus limites, contribuiu com a formação política dos estudantes/educadores que a cursaram. Essa afirmação se sustenta pelos resultados na produção de dissertações. A disciplina também oportuniza pesquisas para aprofundar o diálogo sobre o tema, tornando-se uma possibilidade para a construção da autonomia e conhecimento dos mes-trandos, o que evidencia a disciplina como instrumento de reflexão e formação de educadores comprometidos com a Educação Popular.

A outra questão colocada pela pesquisa questiona se a disciplina realmente contribui para a emancipação dos trabalhadores da educação (estudantes/educadores) e aqueles organizados pelo Trabalho Associado? Essa pergunta ficou muito ampla, por isso difícil de responder. Pela inadequação do problema de partida, mostra que temos que aprofundar as reflexões sobre o assunto e indicam que os limites a serem superados para atingirmos uma educação emancipatória que cumpra os pressupostos da Educação Popular e do Trabalho Associado estão distantes daquilo que a teoria propõe. O que justifica futuras pesquisas que aprofundem estudos na perspectiva aqui problematizada.

Porém, sabe-se que, quanto maiores os limites, maiores são as possibilidades. Se não alcançamos uma educação emancipatória para os trabalhadores da educação (estudantes/educadores), ao menos fomentamos o embrião de uma *práxis* dialógica que educa para o exercício da cidadania, e além disso, a formação de consciência política desses sujeitos.

Por outro lado, se a disciplina não influencia diretamente na emancipação daqueles trabalhadores organizados pelo Trabalho Associado, essa ação é desenvolvida em outros espaços da universidade. Mas é pela disciplina que muitas dessas provocações chegam à pós-graduação *stricto sensu* sob a forma de projetos de pesquisas de mestrado. Visto que, a universidade desenvolve um estreito diálogo com os movimentos sociais, sejam pelas pesquisas que refletem a realidade local, sejam pelas estratégias de extensão universitária desenvolvidas pelas incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Dessa forma, a universidade devolve esse conhecimento científico sistematizado para os trabalhadores que acabam se apropriando, ao menos de uma parcela, desse conhecimento que é produzido junto a eles nos processos de incubação e formação pela lógica da Educação Popular

A contribuição da disciplina Educação Popular e Trabalho Associado, traz, pela participação dos movimentos sociais que organizam seus empreendimentos pela autogestão, para dentro da universidade, junto com esses

trabalhadores a problematização do mundo do Trabalho Associado. E, se esses sujeitos não alcançam a emancipação, ao menos adquirem consciência política para questionar o *status quo* e avançar na luta contra-hegemônica, e assim construir alternativas populares de organização socioeconômica.

No que se refere à aproximação com seus vizinhos Latino-americanos, o PPGEdU/UNEMAT já deu um primeiro passo rumo à integração dos povos da América Latina pelo convênio com a UNAL/Colômbia. Mas não avançou numa ação estratégica de aproximação com esses países pelo diálogo mediado pela Educação Popular. Por um lado, é fundamental que as universidades desenvolvam um amplo diálogo com os movimentos sociais em busca de ampliar e reaplicar experiências autogestionárias, e que busquem a radicalização da democracia proposta pela Educação Popular. Por outro, nos parece mais importante ainda que os movimentos sociais ocupem as universidades, ocupem espaços de educação formal positivista e ali promovam a Educação Popular emancipatória.

Se a educação não é a redentora de todos os males, como ensina Paulo Freire, tampouco a Educação Popular, a autogestão, o Trabalho Associado, os movimentos sociais e muito menos a universidade vão dar conta desse movimento de vanguarda. Porém, parecem imprescindíveis para construir experiências de radicalização da democracia.

Com a reflexão oportunizada por esse trabalho, foi possível inferir que a fase de retrocessos imposta pela modernidade desafia a construção do ser sujeito, inteligente e livre a se fazer um ser de direitos na problematização e na compreensão das contradições históricas, buscando uma dialogicidade que envolva a Sociedade Civil e o Estado, e que promova a prosa e o equilíbrio entre Política e Economia, entre os Homens, as Mulheres e a Natureza, na busca do Bem Viver. Temas a serem tratados num outro momento.

## Referências

BRANDÃO, C. R. *O que é educação popular*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. *Educar, ousar utopias: da educação cidadã à educação que a pessoa cidadã cria*. Série cultura/educação. 2008. p. 1-15. Disponível em: <[http://www8.pr.gov.br/portals/portal/pde/texto\\_educar.pdf](http://www8.pr.gov.br/portals/portal/pde/texto_educar.pdf)>. Acesso em 09 de maio 2014.

BRASIL. *Marco de referência da educação popular para as políticas públicas*. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação e

lação Social, Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Brasília, 2014.

CARRILLO, A. T. *La educación popular, trayectoria y actualidad*. 1. ed. Universidad Bolivariana de Venezuela (UVB). Imprenta Universitaria UBV, Dirección General de Promoción y Divulgación de Saberes. Caracas. República Bolivariana de Venezuela. Venezuela, 2011.

CONAES. *3ª Conferência nacional de economia solidária: conferência temática de economia solidária, educação e autogestão*. Brasília-DF, 2014.

FISCHER, M. C.; TIRIBA, L. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antônio David et al (Orgs). In: *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra/São Paulo: Edições Almedina, CES (Série Políticas Sociais), Almedina Brasil, 2009. p. 293-298.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. *Carta de princípios da Economia Solidária- FBES*. III Plenária Nacional da Economia Solidária. Junho/2013. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br>>. Acesso em Agosto 2014.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Política e Educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ação cultural para liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREITAS, L. C. de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

GAIGER, L.I. *Caderno CRH*. Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

PALUDO, C. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 282-287.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RECK, J. *A consciência política dos cooperados do MST: o caso da COOPAC Campo Verde (MT)*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

SANDOVAL, S. The crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Psicologia Política*, Belo Horizonte, ano 1, v. 1 – jan./jun. 2001.

SQUAREZI, S. B.; *Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades*. Tese de Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Área de Concentração: Sociologia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2010.

SILVA, V. P. B. V. *A formação de valores cooperativos e as transformações nas práticas educativas: um estudo de caso de educandos da licenciatura em educação do campo da UnB, no Assentamento Itaúna – GO*. Brasília, 2012. Tese (Doutorado em Educação e Ecologia Humana). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SINGER P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT). *Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação-Nível Mestrado (PPGEdu)*. Apreciação de Propostas de Cursos Novos (APCN), 2015, Campus Universitário “Jane Vanini”. Cáceres-MT. Disponível em: < <http://www.unemat.br/prppg/educacao/?link=area>>. 29 set. 2015.

**Data de recebimento: 26.07.2018**

**Data de aceite: 06.12.2018**